

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 501.748 - MG (2019/0091880-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : LEONARDO SILVA GLORIA
ADVOGADO : LEONARDO SILVA GLÓRIA - MG088104
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DOUGLAS PEREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS PEREIRA DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou a ordem visada no *Writ* n. 1.0000.19.014497-2/000 para manter a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente nos autos da **Ação Penal n. 0005728-93.2015.8.13.0184**, em que foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal, e no art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, em concurso material.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de contemporaneidade do decreto preventivo, uma vez que os fatos datariam de 16/7/2014 e a segregação teria sido imposta apenas em outubro de 2018, com o mandado cumprido em 20/11/2018, "*isto é, mais de quatro anos após os crimes*" (e-STJ fl. 8).

Além disso, alega que a decisão constritiva da liberdade do acusado careceria de fundamentação idônea, pois "*inexiste justa causa para sua segregação cautelar*" (e-STJ fl. 12), não tendo a autoridade coatora demonstrado a existência do *fumus comissi delicti* (materiliidade e indícios de autoria) e do *periculum libertatis* (art. 312 do Código de Processo Penal), exigidos para a decretação da prisão.

Por outro lado, aduz que "*não pode uma delação, por si só, fazer presentes esses pressupostos do artigo 312 do CPP, já que a delação sequer pode servir isoladamente para um decreto condenatório, conforme prevê o artigo 4º, parágrafo 16, da lei nº 12.850/13*" (e-STJ fl. 18).

Por fim, realça as condições pessoais favoráveis do acusado – primário e sem antecedentes – e defende que tais predicados que lhe permitiriam responder à ação penal em liberdade ou mediante a imposição de medidas cautelares mais brandas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, por tudo isso, a concessão do *writ* para revogar a prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, substituí-la por medidas cautelares alternativas.

Liminar indeferida.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pela manutenção da decisão impugnada.

É o relatório.

A impetração não merece conhecimento.

Isso porque se verifica que o presente *writ* foi impetrado desprovido de documentação indispensável à análise do pleito, visto que **a defesa, patrocinada por profissional particular, deixou de juntar a cópia do decreto originário da prisão**

Superior Tribunal de Justiça

preventiva, o qual, não obstante as informações prestadas, não foram colacionados aos autos, inviabilizando, assim, o deslinde da controvérsia.

De fato, o documento trazido aos autos às e-STJ fls. 30-43 refere-se a ação penal distinta daquela que se ora investiga e na qual o ora paciente não foi sequer denunciado.

Como se sabe, o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo o interessado demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado, decorrente de Tribunal sujeito a jurisdição desta Corte Superior, providência não efetivada no caso *sub examine*.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. [...] NÃO COMPROVAÇÃO DO SUPOSTO VÍCIO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. PEÇA PROCESSUAL APRESENTADA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Em sede de habeas corpus, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado. Na espécie, o processo não foi instruído com peças processuais que comprovam o alegado constrangimento ilegal, de modo que se torna impossível o exame da presente impetração.

[...]

6. Writ não conhecido.

(HC 396.943/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 10/05/2018, grifou-se)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PETIÇÃO RECEBIDA COMO AGRAVO REGIMENTAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Cabe ao impetrante o esmerado aparelhamento do habeas corpus, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. Ausentes documentos comprobatórios da irresignação defensiva, inviável a análise da questão por este Superior Tribunal de Justiça.

[...]

(PET no HC 441.580/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 27/04/2018, grifou-se.)

Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece** do *habeas corpus* substitutivo.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

